

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – DR. DIMAS
EDUARDO RAMALHO.**

Ref.: TCe nº 1453.989.18-8

Assunto: Representação

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR**, neste ato, representada por sua procuradora que ao final subscreve, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com o devido acatamento, apresentar as **Justificativas**, com fundamento na Lei Complementar 709/93, nos termos a seguir expostos:

Tratam os presentes autos da análise da representação formulada pela empresa **J.ANTONIOLI & CIA LTDA** apontando supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relacionadas ao julgamento do **Pregão nº 001/2018**, destinado ao registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais de consumo, tendo em vista a desclassificação de três das seis empresas participantes.

Em face do apresentado, Vossa Excelência assinou o prazo de 15 (quinze) dias para que a municipalidade apresente as justificativas que entenderem pertinentes, consoante r. despacho de 25.05.18 (**evento 26**).

Vale ressaltar que a Prefeitura de Monte Mor, tomou ciência do contido na referida representação, e informa nesta oportunidade que por determinação do Chefe do Executivo, o processo licitatório Pregão Presencial nº 01/2018, foi **REVOGADO** conforme publicação no **Diário Oficial do Estado – Poder Executivo – Seção I, em 24 de maio de 2018, p. 196 – Caderno dos Municípios**.

Dito isto e desta feita, entendemos que a revogação do certame ocasiona a perda do objeto da denúncia, e consequentemente a extinção do processo.

Segue a documentação correlata e aproveitamos a oportunidade para ensejar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 22 de junho de 2018.

Rosely de J. Lemos
OAB/SP n. 124.850